Capítulo 7. Estudo Demográfico dos Sateré-Mawé um exemplo de censo participativo

Pery Teixeira
Marília Brasil

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TEIXEIRA, P., and BRASIL, M. Estudo Demográfico dos Sateré-Mawé: um exemplo de censo participativo. In: PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV., comps. *Demografia dos povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 135-154. Saúde dos Povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-254-1. <https://doi.org/10.7476/9788575412541.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Introdução

O Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé nasceu, por volta de fevereiro de 2002, da convergência de interesses de um grupo de instituições e organizações indígenas e não indígenas, governamentais e não governamentais, objetivando conhecer as condições de vida e de sustentabilidade dos povos indígenas da Amazônia Brasileira e, em especial, do Estado do Amazonas. Naquela ocasião, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi), propôs um programa de sustentabilidade econômica voltado às comunidades sateré-mawé.¹ O programa previa como uma das principais atividades a identificação das condições sociais e econômicas dessas comunidades.

A articulação institucional para conceber o projeto, conduzida pela Fepi, resultou na consolidação de um conjunto de entidades parceiras, reunindo a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Fundação Joaquim Nabuco, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Fepi e a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, representada pela sua Gerência de Educação Escolar Indígena, e, sobretudo, com o apoio financeiro e técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O projeto passou a contar também com o apoio das organizações indígenas sateré-mawé, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Nacional do Índio (Funai), das prefeituras municipais dos municípios abrangidos e do Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap).

A proposta foi aceita pelas instituições envolvidas nas discussões preliminares e o Instituto de Estudos sobre a Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco assumiu a responsabilidade de elaborar um projeto para viabilizá-la. Posteriormente, tendo a Fundação Joaquim Nabuco encerrado suas atividades de pesquisa na Região Norte, a coordenação técnica do Projeto ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas.

No transcorrer da fase de articulação institucional para conceber o projeto emergiu o consenso de que o diagnóstico deveria contemplar um forte componente

participativo das comunidades sateré-mawé, a exemplo do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, levado a efeito em 1992 pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) (ver Azevedo, neste volume). O presente diagnóstico foi, portanto, pensado e implementado respeitando e promovendo a participação das comunidades locais, tornando-se uma experiência inovadora e pioneira no que diz respeito à ampla articulação institucional e participação da população alvo, sendo virtualmente uma experiência em condições de ser replicada no contexto de atividades da mesma natureza que possam ser realizadas na região amazônica, num futuro próximo.

Objetivos e metodologia

Os objetivos do diagnóstico foram: estudar as características demográficas (estrutura por sexo e idade, fecundidade, mortalidade, distribuição espacial, comportamento migratório) da população residente na área indígena em questão; analisar a ocupação dos moradores, incluindo tipos de atividade produtiva, meios técnicos de produção, formas de remuneração, destino da produção, salários, local de trabalho etc.; identificar a situação educacional das crianças, jovens e adultos; verificar as condições de saúde da população, com ênfase para a morbidade e a mortalidade, a saúde da mãe e da criança, o acesso aos serviços de saúde e a qualidade do atendimento prestado, a medicina tradicional etc.; examinar as condições de vida das coortes mais vulneráveis, como crianças e idosos; identificar as práticas religiosas na comunidade e suas relações com outros fatores sociodemográfico-culturais locais; verificar o domínio e a extensão de uso da língua sateré-mawé.

No levantamento das informações necessárias ao conhecimento da realidade sociodemográfica e ocupacional e das condições de vida da população sateré-mawé, residente nas terras indígenas e nas cidades, foi desenvolvido e aplicado um instrumento de coleta (questionário). Por solicitação das lideranças sateré-mawé, que desejavam a obtenção de números definitivos sobre o volume populacional, e para garantir a existência de informações no âmbito de cada comunidade, o levantamento teve caráter censitário, isto é, com cobertura de todos os residentes, tanto nas terras indígenas como nas cidades.

Nas áreas indígenas, não obstante a ausência de algumas famílias, o aspecto censitário do levantamento não foi comprometido, pois, mesmo em caso de ausência, o mínimo de informações (pelo menos o sexo e a idade dos ausentes) poderia ser obtido com o *tuxaua* (chefe de um grupo local ou aldeia), o agente indígena de saúde ou outros moradores. Isso significa que dificilmente um morador das terras indígenas tenha deixado de ser entrevistado ou contabilizado. Já nas cidades não ocorreu o mesmo, pois se fazia necessário localizar, um por um, todos

os moradores sateré-mawé, cuja condição de residentes era informada por parentes indígenas ou, mesmo, por moradores não indígenas. Frequentemente, uma pessoa, ao ser entrevistada, poderia indicar outra pessoa ou família conhecida que ainda não tinha sido contatada para entrevista. Apesar desse esforço para a localização de todo morador sateré-mawé das cidades, é provável que algum morador ou mesmo alguma família tenha ficado de fora do levantamento.

Considerou-se como morador sateré-mawé aquele que tem residência fixa e declarada nas terras indígenas, ou nas cidades percorridas, e é reconhecido pelas comunidades sateré-mawé como pertencente a suas famílias e que se auto-identifica (ou identifica seus filhos ou outras crianças da casa) como sateré-mawé. Os moradores identificados pelos entrevistadores como não indígenas que, por qualquer motivo, declararam-se sateré-mawé, não foram entrevistados ou tiveram sua entrevista cancelada pela coordenação do levantamento.

Conforme constante no próprio título, este diagnóstico sociodemográfico tem caráter participativo, à medida que: no levantamento, as lideranças sateré-mawé tiveram papel importante, tal como ocorreu durante o processo de discussão e elaboração do questionário da pesquisa e da operacionalização do levantamento dos dados; o *tuxaua-geral* de cada área (representante de todos os *tuxauas* da área) integraram a equipe de campo, orientando-a e facilitando o contato com as comunidades; os professores indígenas e os agentes indígenas de saúde assessoraram a coordenação técnica do diagnóstico, no planejamento de atividades e na operacionalização do trabalho de campo; todas as entrevistas foram realizadas pelos professores, agentes de saúde e alunos sateré-mawé; a disseminação e a popularização dos resultados junto às comunidades será organizada e executada pelos professores indígenas.

Levantamento nas cidades

Em cada uma das cidades abrangidas, foram realizadas, nos dias que precederam os levantamentos, atividades preparatórias com participação da população indígena residente, de suas lideranças e de autoridades e técnicos de órgãos municipais, estaduais e federais, além de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e da Diocese de Parintins. De um modo geral, tais atividades compreenderam: informe e discussão sobre o levantamento censitário na cidade, o planejamento e as principais providências a serem adotadas para sua realização, tais como a seleção e treinamento dos entrevistadores, estratégia para o levantamento de campo etc.; seleção dos entrevistadores (estudantes sateré-mawé do ensino fundamental ou do médio) indicados pelas lideranças indígenas locais; localização e mapeamento preliminar da população sateré-mawé residente

na cidade, com apoio das lideranças indígenas e de instituições como Funai, Funasa, Prefeituras Municipais.

Levantamento nas comunidades indígenas

A estratégia de cobertura nas terras indígenas foi elaborada com base nas informações e nas sugestões fornecidas pelos professores, agentes da saúde e lideranças que participaram das atividades de coleta dos dados.

Dadas as características geográficas das terras habitadas pelos Sateré-Mawé, o levantamento das informações foi feito, ali, exclusivamente por transporte fluvial. Nos rios Andirá e Marau, a equipe de campo (coordenação, entrevistadores e o *tuxaua-geral* de cada área) permaneceu todo o tempo alojada em barco com motor de centro. No Uaicurapá e no Koatá-Laranjal, por causa do tamanho reduzido da equipe de campo, utilizaram-se como transporte as 'voadeiras' (lanchas de pequeno porte, que consistem em canoas de alumínio equipadas com motores de popa).

Os membros da coordenação da pesquisa foram responsáveis pela organização das atividades nas comunidades e pela crítica dos questionários preenchidos. Na chegada em cada comunidade, o *tuxaua-geral*, ou, na ausência deste, um professor ou agente da saúde da equipe (este último, no caso do Rio Andirá), apresentava ao *tuxaua* da comunidade os principais aspectos da pesquisa, salientando sua importância para a população sateré-mawé e solicitando autorização para o levantamento local. Após ser concedida a autorização, um membro da coordenação técnica procurava o agente indígena de saúde para solicitar a relação dos moradores registrados no censo da Funasa, a localização das moradias de cada família e a condição de presença ou ausência dos responsáveis pelos domicílios.² Na ausência dos agentes da saúde, as informações eram solicitadas ao próprio *tuxaua* ou a outro morador bem informado. De posse de tais informações, o coordenador da pesquisa na comunidade organizava a distribuição dos entrevistadores pelas residências. Após o preenchimento, os questionários eram entregues aos membros da equipe técnica, para serem criticados. Conforme o caso, os erros de preenchimento eram discutidos e, se necessário, o entrevistador voltava à residência para providenciar as correções.

Participaram do levantamento da área indígena do Marau/Urupadi, além do grupo de coordenação técnica da pesquisa, 16 professores e dois alunos sateré-mawé residentes na área, o presidente da Associação dos Tuxauas Sateré-Mawé dos Rios Marau e Urupadi (Tumupe) e o *tuxaua-geral* da referida área. No Andirá, a equipe contou com 13 professores sateré-mawé, dois agentes indígenas da saúde, dois professores da área do Uaicurapá e o *tuxaua-geral* do Andirá. No Uaicurapá

participaram dois professores e um elemento da coordenação e, no Koatá-Laranjal, um membro da coordenação e um professor residente no Andirá.

Para o levantamento das áreas do Andirá e do Marau, os prefeitos dos municípios onde elas se situam (respectivamente, Barreirinha e Maués) solicitaram a inclusão, na pesquisa, de perguntas sobre a posse da documentação pessoal pelos moradores. Assim, os dados levantados nessas áreas incluem, também, a situação de os moradores terem ou não CPF, RG, Título Eleitoral e Carteira Profissional.

Abrangência geográfica

A investigação foi realizada nas sedes dos municípios de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Olinda do Norte (novembro de 2002 a janeiro de 2003) e nas Terras Indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal (junho a outubro de 2003). Não foi coberta a população sateré-mawé residente em Manaus (AM), nem a população das áreas rurais não-indígenas dos municípios citados.

No total, foram levantados exatamente 8.500 residentes que se autodenominaram Sateré-Mawé (ou que assim foram denominados por pais ou responsáveis), correspondentes a um total de 1.759 domicílios. Desses domicílios, 228 (com 998 moradores) situam-se nas áreas urbanas e 1.531 (com 7.502 moradores) nas terras indígenas. Segue-se a Tabela 1 com a distribuição dos entrevistados por local de residência.

Tabela 1 – Números de domicílios levantados e de moradores entrevistados segundo os locais de residência

Local de residência	Domicílios	Moradores
Terras indígenas	1531	7502
Marau	779	3288
Andirá	662	3795
Uaicurapá	59	292
Kcoatá-Laranjal	31	127
Áreas urbanas (municípios)	228	998
Maués	48	200
Parintins	115	512
Barreirinha	50	276
Nova Olinda do Norte	3	10
Total	1747	8500

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

É importante esclarecer que, em razão do esforço de conferir caráter censitário à pesquisa, a população contabilizada corresponde à totalidade dos residentes nos locais mencionados. Na área indígena, todavia, apesar de terem sido contabilizados, não foram entrevistados os que não se encontravam presentes no momento da pesquisa e os moradores ausentes há mais tempo. Vale esclarecer ainda que, nas cidades, é provável que não tenham sido incluídos na pesquisa os residentes sateré-mawé desconhecidos dos que foram entrevistados e que, portanto, não foram localizados para efeito de entrevista.

Disseminação dos resultados

Em uma primeira instância, a disseminação das informações entre a população sateré-mawé estará se realizando por meio de seminários e reuniões nas sedes dos municípios e nas áreas indígenas. Para tanto, uma versão do Relatório Técnico na língua sateré-mawé, em formato simplificado, será elaborada de forma a facilitar a discussão dos resultados entre as lideranças e viabilizar a divulgação e a discussão nas comunidades. Assim, as informações levantadas retornarão para a população em um formato mais elaborado e de entendimento mais fácil. Participarão desses seminários as lideranças indígenas, os professores, os agentes de saúde e outros indígenas, como também pessoas e instituições ligadas ao movimento e às questões indígenas.

As escolas indígenas deverão ser um local privilegiado de divulgação das informações junto aos estudantes. A esse propósito, é importante ressaltar o papel reservado aos professores na disseminação dos resultados da pesquisa, uma vez que eles serão multiplicadores junto às crianças, aos adolescentes e aos jovens indígenas. Serão os professores, portanto, que irão proporcionar aos alunos o acesso às informações sobre as condições de vida de seu povo.

Evidentemente, o principal beneficiário do diagnóstico participativo será o próprio povo Sareré-Mawé, que passa a contar com ampla e valiosa base de dados a ser utilizada segundo seus próprios critérios e interesses. Essa apropriação dos resultados do diagnóstico pelos próprios índios colocará a seu dispor um importante instrumento de apoio para a elaboração de programas de desenvolvimento em distintas áreas, tais como: meio ambiente, habitação, educação, saúde, produção econômica entre outras. Os dados contidos no diagnóstico poderão ainda ser utilizados na produção e no acompanhamento de projetos de desenvolvimento sustentável e outros correlacionados (produção de guaraná, apicultura, piscicultura, coleta de lixo etc.), desenvolvidos pelas próprias organizações sateré-mawé.

Em especial, em razão do significativo peso que têm na pesquisa as informações sobre saúde e educação das crianças e dos adolescentes, o diagnóstico participativo deverá constituir-se em base importante para a elaboração de programas de intervenção objetivando a melhoria da atual situação da infância e da adolescência sateré-mawé.

Participando do diagnóstico na dupla condição de moradores e entrevistadores de suas próprias comunidades, envolvendo-se no desenvolvimento dos trabalhos em quase todas as suas etapas (elaboração dos instrumentos de coleta, divulgação do Projeto nas comunidades, contato com as lideranças das comunidades, seleção dos entrevistadores, divulgação dos resultados e, evidentemente, realização das entrevistas), os Sateré-Mawé vêm vivenciando uma experiência quase única no Brasil de auto-avaliação das condições de vida de um povo indígena.

Antecedentes históricos

Os Sateré-Mawé habitam a Terra Indígena Andirá-Marau, localizada na região do médio rio Amazonas, entre os estados do Amazonas e Pará. Ocupam também uma pequena área dentro da Terra indígena Koatá-Laranjal em coabitação com o povo Munduruku.

Esta população indígena é conhecida regionalmente como 'Mawés'; porém, autodenomina-se Sateré-Mawé. Sateré³ é o clã mais importante dessa sociedade indígena, do qual se indica, tradicionalmente, a linha sucessória dos *tui'sas* – *tuxaua* ou principal (Lorenz, 1992; Batista, 2001). E a língua é o mawé, do tronco linguístico Tupi.

Este povo é originário de uma vasta área entre os rios Tapajós e Madeira, delimitado ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós. Seu local de origem, segundo Batista (2001:2), é "à margem esquerda do rio Tapajós, numa região sagrada para nossa gente, de densa floresta e cheio de pedras, e, como dizem os velhos, 'nesse lugar as pedras falam'".

O primeiro registro histórico do contato desse povo com os 'brancos' data de 1669, com a fundação de missão jesuíta na Ilha Tupinambarana, atual Parintins. Por causa das guerras com os Munduruku e Parintintim e o contato com os portugueses, os Sateré-Mawé perderam grande parte de seu território original (Lorenz, 1992).

Posteriormente, em 1835, lutando ao lado dos Munduruku e dos Mura, como também de outras tribos indígenas do rio Negro, os Sateré aderiram ao movimento cabano até que, em 1839, o conflito foi debelado. Em razão das epidemias, das lutas e das perseguições aos povos indígenas que combatiam ao

lado dos cabanos, enormes áreas da Amazônia foram devastadas, fato que provocou os deslocamentos desses grupos populacionais de seus territórios ancestrais e um processo de depopulação (Lorenz, 1992).

Segundo relatos de viajantes, desde o século XVIII o território dos Sateré vem sendo paulatinamente reduzido. Essa redução se deu a partir da chegada das tropas de resgate que penetraram grandes áreas da Amazônia; da implantação de missões jesuítas e carmelitas ao longo dos principais rios amazônicos; da busca desenfreada pelas chamadas drogas do sertão; com a exploração da borracha durante o século XIX e início do XX; e, por fim, da “expansão econômica das cidades de Maués, Barreirinha, Parintins e Itaituba para o interior dos municípios, alocando fazendas, extraíndo pau-rosa, abrindo garimpos, dominando a economia indígena através de regatões” (Lorenz, 1992:18). As cidades de Maués, Parintins e Itaituba, inclusive, foram fundadas sobre restos de malocas dos Sateré-Mawé.

Aspectos contemporâneos da territorialidade Sateré-Mawé

Atualmente, o território dos Sateré-Mawé (a Terra Indígena Andirá-Marau) localiza-se numa área na divisa dos estados do Amazonas e Pará. O processo de demarcação foi iniciado em 1978, quando foi realizada a delimitação da área por técnicos da Funai, sob orientação dos índios. No entanto, durante dois anos os trabalhos foram interrompidos, período em que os Sateré-Mawé sofreram várias ameaças de invasão do seu território. Dentre essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Após a constatação de uma série de irregularidades, esse projeto foi embargado. Outras invasões importantes foram as realizadas pela empresa francesa de petróleo Elf-Aquitaine durante os anos de 1981 e 1982. Interessada na exploração desse mineral, a empresa realizou estudos sismológicos que causaram grandes prejuízos à flora e à fauna da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela área.

Além dessas invasões, ocorreram também penetrações de garimpeiros provenientes da região do rio Tapajós e de posseiros moradores nas proximidades dos limites fronteiriços da Terra Indígena.

Demarcação das terras Sateré-Mawé

No início de 1981, o processo de demarcação foi retomado por conta das cobranças constantes dos Sateré-Mawé junto à Funai, intensificadas após as invasões

da Elf-Aquitaine, de forma que em 06/05/1982 foi publicada a Portaria de demarcação e sua homologação ocorreu em 06/08/1986. Assim, a Terra Indígena do Andirá-Marau compreende atualmente uma área de 788.528 ha e perímetro de 477,7 km. No estado do Amazonas está distribuída pelos municípios de Maués (148.622 ha), Parintins (30.994 ha) e Barreirinha (143.044 ha), e no estado do Pará pelos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha).

Os principais rios da área são o Marau, o Miriti, o Urupadi, o Manjuru, o Andirá e o Uaicurapá, compreendendo, apenas, uma pequena extensão do território tradicional. Todavia, segundo o ponto de vista dos Sateré-Mawé, o que conseguiram preservar constitui uma área privilegiada do território ancestral. Por se caracterizarem como índios da floresta, do centro, até início do século XX escolhiam para estabelecer suas aldeias as regiões mais centrais da mata, próximas às nascentes dos rios. A abundância de caça, de guaraná (*Paullinia sorbilis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha e bacaba, importantes para a alimentação, e outros vegetais, é muito maior nessas áreas (Lorenz, 1992:22-24).

Expansão de aldeias

As antigas aldeias Araticum Velho e Terra Preta, nas cabeceiras do rio Andirá, foram os pólos que deram origem às aldeias que surgiram ao longo das margens desse rio nos últimos oitenta anos. Da mesma forma, a aldeia Marau Velho foi o pólo difusor das aldeias criadas ao longo dos rios Marau, Manjuru, Urupadi e Miriti. Hoje aquelas aldeias originais não existem mais, elas desapareceram em torno da década de 1920. De acordo com observações dos próprios índios, as aldeias que ficam nas proximidades das antigas aldeias Araticum Velho, Terra Preta e Marau Velho guardam melhor as tradições milenares do povo sateré-mawé, quando comparadas com as aldeias mais próximas das cidades (Batista, 2001:2-3).

Nos últimos oitenta anos, uma série de fatores vem provocando a multiplicação e estabelecimento das comunidades/aldeias nas margens dos rios Andirá e Marau, em localidades mais próximas das cidades, provocando mudanças significativas na localização tradicional das mesmas e, conseqüentemente, no modo de vida do povo sateré-mawé. Dentre esses fatores podemos mencionar a interferência das missões religiosas (tanto católicas, quanto evangélicas), do órgão oficial encarregado de garantir a preservação das Terras Indígenas (inicialmente o Serviço de Proteção aos Índios – SPI e posteriormente a sua sucessora, a Funai), dos regatões e das epidemias.

Sateré-Mawé em território Munduruku: Terra Indígena Koatá-Laranjal

Os Sateré-Mawé, além da Terra Indígena Andirá-Marau, também ocupam parte da Terra Indígena Koatá-Laranjal. Os grupos ali estabelecidos são oriundos da região do rio Andirá, mais especificamente da comunidade Ponta Alegre. Após conflito ocorrido nessa aldeia em 1965, um grupo de índios saiu dessa área e dirigiu-se à Terra Indígena dos Waimiri-Atroari, no rio Camanaú, afluente do rio Negro. Ali estabeleceram uma comunidade sateré-mawé; contudo, em virtude de uma série de dificuldades, especialmente a hostilidade do povo Waimiri-Atroari, tiveram que deixar a área. Ao saírem dali, instalaram nova comunidade no rio Mari-Mari, na Terra indígena Koatá-Laranjal, desta vez com a concordância do povo indígena que ali residia, os Munduruku. Essa mudança ocorreu no ano de 1980 e, desde então, os Sateré-Mawé foram aos poucos se adaptando ao novo local, criando o seu próprio hábitat, construindo suas casas, plantando suas roças, caçando, pescando, erigindo, enfim, a nova comunidade que denominaram de Vila Batista II, pois todas as famílias que para ali se deslocaram são da mesma família (Batista).

No entanto, após alguns anos de moradia, quando a comunidade já estava razoavelmente estruturada, alguns Sateré-Mawé retornaram à Terra Indígena Andirá-Marau, estabelecendo-se em área diferente daquela onde moravam originariamente. Foram para o rio Uaicurapá, no município de Parintins, onde ergueram nova aldeia com o mesmo nome (Vila Batista). Esta nova mudança ocorreu no início da década de 90 e existem, atualmente, na área do Uaicurapá, quatro aldeias.

Aldeias no território Sateré-Mawé

No presente, na Terra indígena Andirá-Marau, existem 91 aldeias distribuídas ao longo dos principais rios e igarapés que cortam essa área. Residem aproximadamente 1.600 famílias com população de 7,5 mil habitantes. A região mais populosa localiza-se ao longo do rio Andirá e seus principais tributários, no município de Barreirinha, onde existem 50 aldeias com população em torno de 3,8 mil pessoas, com média de cinco pessoas por domicílio. A outra área com população expressiva localiza-se na região do rio Marau, município de Maués, com 37 aldeias, 3,3 mil pessoas e 4,9 pessoas por domicílio.

A região do rio Uaicurapá, no município de Parintins, é a que apresenta a maior média de pessoas por domicílio (5,3) dentro da Terra Indígena Andirá-Marau. Conta, porém, com menor número de comunidades, ou seja, apenas quatro. Nesta região encontramos aproximadamente 300 pessoas.

O presente trabalho pretende mostrar algumas características demográficas dos Sateré-Mawé, com base nos dados obtidos no referido levantamento. Muitas das informações aqui contidas constam do correspondente Relatório Técnico (Universidade Federal do Amazonas et al., 2004) e se referem ao volume dos efetivos populacionais sateré-mawé, sua distribuição espacial, o quadro urbano-rural dessa população, a repartição etária e por sexo. Todas essas informações são tratadas analiticamente como forma de contribuir para a compreensão da complexa realidade desse povo indígena. Com o intuito de procurar entender um dos componentes da dinâmica demográfica dos Sateré-Mawé, a natalidade e a fecundidade são tratadas do ponto de vista comparativo entre as diferentes áreas habitadas pelos Sateré-Mawé, inclusive entre as terras indígenas e as áreas urbanas.

Distribuição espacial da população

Na Tabela 2, é mostrada a população das terras indígenas habitadas pelos Sateré-Mawé, com suas áreas correspondentes, assim como a das cidades em que foi realizado o levantamento sociodemográfico.

Tabela 2 – População Sateré-Mawé segundo o quadro de residência e sexo, 2002-2003

	Homens	Mulheres	Total
Áreas urbanas	477	521	998
Parintins	247	265	512
Barreirinha	139	137	276
Maués	87	113	200
Nova Olinda do Norte	4	6	10
Terras Indígenas	3.811	3.691	7.502
Andirá	1.925	1.867	3.795
Marau	1.663	1.625	3.288
Uaicurapá	155	137	292
Koatá-Laranjal	68	59	127
Total	4.288	4.212	8.500

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

No Rio Andirá estão localizados 49 aldeias, habitadas por 3.795 índios. Nesta região, as maiores aldeias são: Ponta Alegre (397 hab.), Simão I (287 hab.), Molongotuba (281 hab.), Vila Nova (270 hab.), Castanhal (185 hab.), Conceição

(144 hab.), Araticum Novo (148 hab.), Fortaleza (121 hab.), Umirituba (136 hab.) e Nova América (105 hab.). As outras 39 comunidades da região são habitadas por menos de 100 indivíduos cada uma, chegando algumas a ter menos de 20 habitantes, como Ponto Alto, São Miguel, Boa Vista, Itaubal, São João, Jatuatuba I, Limoal, São Gabriel, São Marcos, São Sebastião do Arco, Tigre e Ipiranga.

No Rio Marau vivem 3.288 Sateré-Mawé, distribuídos em 37 comunidades. As maiores aldeias são Santa Maria (335 hab.), Vila Nova II (316 hab.), Campo do Miriti (233 hab.), Nossa Senhora de Nazaré (192 hab.), Boas Novas (144 hab.), Nova Aldeia (106 hab.), Marau Novo (121 hab.), Kuruatuba (115 hab.) e Menino Deus (101 hab.). As 28 comunidades restantes possuem menos de 100 habitantes cada, mas nenhuma delas tem, como o Rio Andirá, aldeias com população inferior a 20 moradores.

Ainda na Terra Indígena Andirá-Marau, a região do Rio Uaicurapá possui quatro comunidades Sateré-Mawé, habitadas por 292 pessoas – Vila Batista I (109 hab.), São Francisco (65 hab.), Nova Alegria (59 hab.) e Vila da Paz (59 hab.).

Existe apenas uma aldeia sateré-mawé na Terra Indígena do Koatá-Laranjal, a Vila Batista II, com 127 habitantes. As demais comunidades dessa terra indígena são habitadas pela etnia Munduruku.

Composição por sexo e idade

O padrão demográfico dos Sateré-Mawé é típico de povos indígenas em processo de recuperação populacional, caracterizando-se por níveis de natalidade elevados e por níveis de mortalidade comparáveis aos do país como um todo.

Como reflexo da elevada natalidade, a população das terras indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal, e das quatro regiões em que se subdividem, apresentam estruturas populacionais muito jovens, com os menores de 15 anos representando 52,7% da população (Tabela 3). Por outro lado, os moradores de 50 ou mais anos de idade constituem 9,4% da população total, proporção bastante superior aos 4,1% encontrados nas áreas rurais do estado do Amazonas (IBGE, 2000). É provável que haja uma sobreenumeração da população idosa sateré-mawé, decorrente da entrada precoce de parte desse contingente no conjunto da população aposentada.

Estudos demográficos recentes indicam a característica jovem das populações indígenas da Região Amazônica que retomaram altos níveis de fecundidade e se encontram em processo de recuperação populacional. Os Xavante de Pimentel Barbosa e os de Sangradouro Volta-Grande apresentam proporções de população com menos de 15 anos de idade que variam de 48% a 57% (Flowers, 1994; Souza & Santos, 2001). Entre os povos moradores do Parque Indígena do

Xingu, como os Kaiabi, Juruna e Waurá, Pagliaro (2002) e Pagliaro et al. (2001 e 2003) encontraram estruturas etárias com proporções de menores de 15 anos situadas entre 49% a 58%.

Ainda na Tabela 3, notam-se pequenos diferenciais na participação da população menor de 15 anos entre as áreas indígenas e entre as cidades. Entretanto, devido ao número relativamente reduzido de moradores em algumas dessas áreas, não se deve, de imediato, levantar hipóteses de explicação dos diferenciais. Vale apenas ressaltar, nas terras indígenas, as proporções maiores de jovens nas áreas do Koatá-Laranjal e do Uaicurapá. Apesar de não serem marcantes essas diferenças, elas poderiam estar relacionadas com o fato de que as duas áreas apresentam população reduzida (Tabela 2), são de povoamento recente e se encontram relativamente distantes dos núcleos mais antigos dos povoados do Andirá e do Marau.

Tabela 3 – Distribuição da população por grandes grupos etários nas Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal, 2002-2003

	Idade			Total
	0 a 14 anos	15 a 49 anos	50 anos e mais	
Terras Indígenas	52,7	37,9	9,4	100,0
Marau	53,2	38,2	8,6	100,0
Andirá	51,9	38,1	10,1	100,0
Uaicurapá	55,8	34,9	9,3	100,0
Koatá-Laranjal	56,9	34,7	8,7	100,0
Áreas urbanas	45,1	45,2	9,8	100,0
Parintins	47,2	43,6	9,2	100,0
Barreirinha	44,1	54,0	9,9	100,0
Maués	41,0	48,5	10,5	100,0
Nova Olinda do Norte	50,0	40,0	10,0	100,0
Total	51,8	38,8	9,4	100,0

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

O detalhamento das estruturas por idade e sexo dos Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas e nas cidades está representado em forma de pirâmides etárias nas Figuras 1 e 2.

A primeira pirâmide, referente aos moradores das terras indígenas, apresenta contorno semelhante e desenho compatível com o de estruturas populacionais jovens, caracterizadas por altos níveis de natalidade e de mortalidade, ou seja, possui uma base larga e seus retângulos se estreitam à medida que

aumentam as idades. Destaca-se a irregularidade dessa pirâmide nas idades superiores a 45 anos, característica própria de populações indígenas que sofreram elevadas perdas populacionais por contato com a sociedade envolvente em anos relativamente recentes (até meados da década de 1960). A proporção relativamente elevada de idosos entre 60 e 70 anos poderia estar relacionada à aposentadoria precoce de parte importante da população idosa sateré-mawé, conforme visto anteriormente. Muitos desses moradores somente adquirem a Certidão de Nascimento no momento em que se faz necessária para a obtenção da aposentadoria.

Figura 1 – Repartição da população por sexo e idade nas Terras Indígenas

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Figura 2 – Repartição da população por sexo e idade na área urbana

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Nas áreas urbanas (Figura 2), a pirâmide etária apresenta um padrão mais característico das populações com movimento migratório intenso, especialmente entre os 10 e 25 anos de idade. Na realidade são justamente os adolescentes e jovens, com predominância das mulheres, que vão completar seus estudos nas cidades.

Convém salientar os diferenciais de gênero observados nas Figuras 1 e 2, com vantagem para as mulheres com idade entre 15 e 24 anos.

Na Tabela 4, observa-se que, contrariamente ao que ocorre nas terras indígenas, a quantidade de mulheres sateré-mawé nas cidades é superior à de homens. A razão de sexo nas áreas indígenas é de 103,3 homens para cada 100 mulheres, bastante superior ao índice de 90,5 verificado nas cidades. Tais valores parecem estar indicando uma migração feminina superior à masculina com destino às cidades.

Outra questão importante quanto à distribuição por sexo é a superioridade de homens dos grupos de idade de 15 a 49 anos nas áreas indígenas. Esses grupos são justamente os que estão ligados aos padrões de reprodução da população. Como enfatiza Pagliaro (2002), é nessas faixas etárias que o equilíbrio entre os sexos é fundamental para determinar os padrões das uniões conjugais e da procriação. A exceção ocorre apenas nas áreas urbanas, como já foi mencionado anteriormente.

Tabela 4 – Distribuição da população por grandes grupos etários nas Terras Indígenas e na área urbana, 2003

Regiões	Homens	Mulheres	Razão de sexos
Terras Indígenas	3.747	3.628	103,3
Marau	1.635	1.597	102,4
Andirá	1.889	1.835	102,9
Uaicurapá	155	137	113,1
Koatá-Laranjal	68	59	115,3
Área Urbana	478	525	91,0
Total	4.225	4.153	101,7

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Fecundidade e reprodução

Considerando-se estudos recentes sobre a fecundidade indígena no Brasil (Flowers, 1994; Souza & Santos, 2001, Pagliaro et al., 2001, Pagliaro, 2002, entre outros), os níveis de natalidade da população sateré-mawé apresentam-se próximos aos de outras etnias em processo de crescimento demográfico nas últimas décadas, após um longo período de tempo de redução populacional.

No ano que antecedeu o início da pesquisa em área urbana nasceram vivos 28 Sateré-Mawé, nas cidades de Barreirinha, Nova Olinda do Norte, Maués e

Parintins (Tabela 5). Nas áreas indígenas, mais populosas, ocorreu um número bem maior de nascimentos vivos, 385.

As discrepâncias entre o número de nascimentos ocorridos nas áreas urbanas e nas terras indígenas dão conta da diferença entre a fecundidade das mulheres que vivem nessas regiões. Com efeito, a Taxa Bruta de Natalidade das terras indígenas chega a 51,3, contra apenas 28,1 nas áreas urbanas. Mesmo tendo-se em conta a flutuação aleatória nos pequenos números referentes às cidades, fica evidente a diferença na natalidade entre esses dois espaços de observação.

Nas terras indígenas existem também diferenças entre os níveis de natalidade das duas áreas mais populosas (Marau e Andirá), que podem ser observadas na próxima tabela. Os valores respectivos de 54,1 e 47,7 nascimentos vivos para cada mil habitantes daquelas duas regiões revelam a possibilidade de distintos comportamentos reprodutivos de seus habitantes, o que, de certa forma, não deveria ser esperado, dada a semelhança das características sociais, econômicas e culturais nas duas áreas, além da relativa proximidade geográfica entre elas e da relativa facilidade de comunicação entre seus habitantes.

Tabela 5 – Nascidos vivos, taxa bruta de natalidade, taxa de fecundidade total e idade média à fecundidade nas Terras Indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal e na área urbana, 2002-2003

Regiões	Nascidos vivos	Taxa Bruta de Natalidade (por mil hab.)	Taxa de Fecundidade Total	Idade média à fecundidade
Terras Indígenas	385	51,31	8,1	29,1
Marau	178	54,14	8,5	28,8
Andirá	181	47,69	7,9	29,9
Área Urbana	28	28,06	-	31,4
Total	413	-	-	-

Nota: Não foram consideradas as áreas do Uaicurapá e do Koatá-Laranjal por causa do pequeno número de nascimentos ali registrados. No entanto, os nascimentos dessas áreas foram computados no cálculo das taxas da área indígena.

Fonte: Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé.

Os níveis de fecundidade da população sateré-mawé são elevados, na casa de oito filhos por mulher (Tabela 5) e não apresentam paralelos com o que acontece na população não-indígena de qualquer parte do Brasil e da maioria dos demais países. No interior de algumas nações africanas, como os países de língua portuguesa (especialmente Angola e Moçambique, os mais populosos), ainda se encontram níveis de fecundidade como os verificados entre os Sateré-Mawé e em um expressivo número de povos indígenas no Brasil. Esse nível de fecundidade

encontrado para a população feminina sateré-mawé é compatível com os níveis estimados para outros povos indígenas como os Kaiabi, na região do Xingu (Pagliaro, 2002), os Xavánte (Flowers, 1994; Souza & Santos, 2001) e outros.

Da mesma forma que se observou para a natalidade dos Sateré-Mawé, os níveis de fecundidade dessa população variam muito quando se comparam resultados das terras indígenas com os da área urbana e têm pequena variação no interior das terras indígenas. Os dados obtidos permitiram estimar a Taxa de Fecundidade Total para as áreas do Andirá e do Marau, indicando uma reduzida diferença entre elas. Assim, ainda de acordo com a Tabela 5, vê-se que a fecundidade das mulheres do Marau (8,5 filhos) é pouco superior às do Andirá (7,9 filhos), sugerindo a possível existência de fatores, não detectáveis em levantamentos do tipo do que foi realizado, que poderiam estar influenciando no comportamento reprodutivo e no nível de fecundidade de cada uma delas.

Já no caso dos diferenciais entre terras indígenas e áreas urbanas, o reduzido número (28) de nascimentos declarados pelas mulheres em idade reprodutiva daquelas últimas não permite proceder às estimativas das taxas de fecundidade para efeito de comparação. Pode-se, no entanto, utilizar um indicador auxiliar nesses casos de pequenos números na estimativa da fecundidade. Trata-se do número de filhos por mulher, dado pelo quociente entre o número total de nascidos vivos no ano e o total de mulheres em idade fértil. Esse indicador tem o valor de 29,3 filhos por mulher para o Marau e de 25,0 para o Andirá, mostrando coerência com as taxas de fecundidade total de cada uma dessas áreas, vistas anteriormente. Contudo, seu valor para o total das terras indígenas (27,5 filhos por mulher) distancia-se significativamente do encontrado nas cidades (12,2 filhos por mulher), podendo significar prováveis diferenças entre o comportamento reprodutivo nas terras indígenas e na área urbana.

Assim, os resultados anteriores parecem indicar que a população sateré-mawé residente nas áreas urbanas próximas às terras indígenas, apesar do relativamente reduzido tempo de moradia nessas cidades, já esteja começando a adquirir hábitos reprodutivos da população brasileira não-indígena, situação que pode estar ocorrendo particularmente com as gerações mais novas. Essas hipóteses necessitam de ser investigadas com maior profundidade, tendo inicialmente como fonte de informações a base de dados do levantamento ora estudado. A utilização dessa base de dados, composta também por informações sobre educação, aspectos culturais, trabalho e ocupação, saúde reprodutiva e outras, seria, desse modo, um primeiro campo de buscas de explicações para esses outros contrastes verificados entre os Sateré-Mawé residentes nas terras indígenas e os moradores nas cidades próximas.

Na população feminina sateré-mawé, a idade em que as mulheres, em média, têm o maior número de filhos é aos 29,2 anos. Entretanto, foram encontradas

meninas de 13 anos que já tiveram filhos e mulheres com idade acima de 49 anos que ainda continuam tendo filhos. Essa idade média à reprodução nas cidades está 2,3 anos acima da referente à área indígena.

A fecundidade da população sateré-mawé também pode ser observada com base nas taxas específicas de fecundidade por idade, que mostram o comportamento reprodutivo das mulheres por grupos etários quinquenais (Figura 3). De acordo com as informações levantadas, as taxas de fecundidade das mulheres sateré-mawé são mais elevadas nas idades mais jovens, com pico no grupo etário 20-24. Isto faz com que o padrão reprodutivo dessas mulheres tenha uma configuração 'rejuvenescida' e, não obstante a significativa diferença nos níveis, apresente alguma semelhança com o atual padrão das mulheres das áreas rurais do Estado do Amazonas. Ressalte-se ainda a comparação entre esse padrão sateré-mawé e o da população rural do Brasil na década de 1960, cuja curva sugere um nível de fecundidade bastante próximo (como, de fato, o é, conforme Carvalho, 1978). A fecundidade atual dos Sateré-Mawé é mais elevada que a do Brasil nos dois primeiros grupos etários e mais reduzida nos demais (com exceção do último). Nessas primeiras idades ocorrem 27% dos partos no Brasil de 1960/1970 e 38% nas terras sateré-mawé de 2003. E, nas duas populações, a fecundidade continua relativamente elevada nos grupos etários subseqüentes.

Figura 3 – Diferenciais de fecundidade por idade nas área indígena do Andirá-Marau, Brasil e no estado do Amazonas, 1960/70, 2000 e 2003

Fontes: Dados brutos – Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé (2003); população rural do Amazonas: IBGE, 2000; níveis de fecundidade em 1960/1970: Carvalho, 1978.

Lamentavelmente, não se dispõe de informações históricas sobre a fecundidade dos Sateré-Mawé, com as quais se pudesse avaliar a evolução dos padrões anteriores e verificar o caráter dos elevados valores atuais para as idades jovens. A utilização dos dados censitários de 2000 poderia ser útil na compreensão

do fenômeno, à medida que as estimativas resultantes possam permitir a comparação dos padrões atuais de fecundidade com os de outros povos indígenas da Região Amazônica. De qualquer forma, ficam dados, assim, os primeiros passos para a discussão sobre os atuais níveis e padrões de fecundidade do povo Sateré-Mawé, tais como estimados a partir do levantamento realizado em 2003.

Notas

- ¹ Os etnônimos são grafados em minúscula quando usados como adjetivos e com letras maiúsculas quando substantivos. Segundo convenção da Associação Brasileira de Antropologia de 1954, os etnônimos não devem sofrer flexão de gênero ou número.
- ² Para a área do Andirá a equipe contava com uma lista de moradores fornecida pela Funai. Ali, o coordenador técnico para a comunidade apenas apresentava a referida lista ao agente de saúde ou ao *tuxaua*, solicitando a confirmação, ou não, da condição de moradores entre os relacionados, e, se fosse o caso, a identificação de novos moradores ou de moradores ausentes da relação da Funai.
- ³ Sateré significa 'lagarta de fogo' e Mawé pode ser traduzido como 'papagaio falante'.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, M. P. *O movimento indígena Sateré-Mawé do Rio Andirá*. Manaus, 2001. (Mimeo.)
- CARVALHO, J. A. M. *Fecundidade e Mortalidade no Brasil – 1960/70*. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar, 1978.
- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V. & COIMBRA Jr., C. E. A. (Orgs.) *Saúde dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994. p.213-242.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA). *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LORENZ, S. S. *Sateré-Mawé: os filhos do guaraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.
- PAGLIARO, H. *A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999)*, 2002. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

- PAGLIARO, H. et al. Comportamento demográfico dos índios Waurá no final do século XX. *Proceedings of the XXIV General Population Conference*, International Union for the Scientific Study of Population, p.1583-1594. Salvador, 2001.
- PAGLIARO, H. et al. Índios Juruna (Yudjá): Comportamento Demográfico e Condições de Saúde. Parque Indígena do Xingu (1970-1999). In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, *Livro de Resumos*, p.620, Brasília: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2003.
- SOUZA, L. G. & SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 17:355-366, 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/ FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO/ FUNDAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICA INDIGENISTA DO AMAZONAS/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Relatório Técnico do Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé das Áreas Indígenas Andirá-Marau (Municípios de Barreirinha, Parintins e Maués) e Koatá-Laranjal (Município de Borba)*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/ Fundação Joaquim Nabuco/ Fundação Estadual de Política Indigenista/Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, 2004.